

UM MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS MUNICIPAIS



PROF. DR. SABETAI CALDERONI

INDUSTRIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS

SABETAI CALDERONI



- ❖ Presidente do Instituto Brasil Ambiente
- ❖ Consultor da Organização das Nações Unidas – ONU e do Banco Mundial
- ❖ Autor do livro “Os Bilhões Perdidos no Lixo”
- ❖ Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (FFLCH), pós-graduado em Planejamento pela Universidade de Edimburgo, Grã-Bretanha e bacharel em Ciências Econômicas e em Direito pela USP
- ❖ Foi membro do Conselho de Administração da CETESB e Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM). Coordenou trabalhos de planejamento para o Governo Federal e Governos Estaduais.

PROBLEMÁTICA

Como tratar os resíduos sólidos



Gestão integrada de resíduos sólidos



Conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável

Gestão integrada de resíduos sólidos



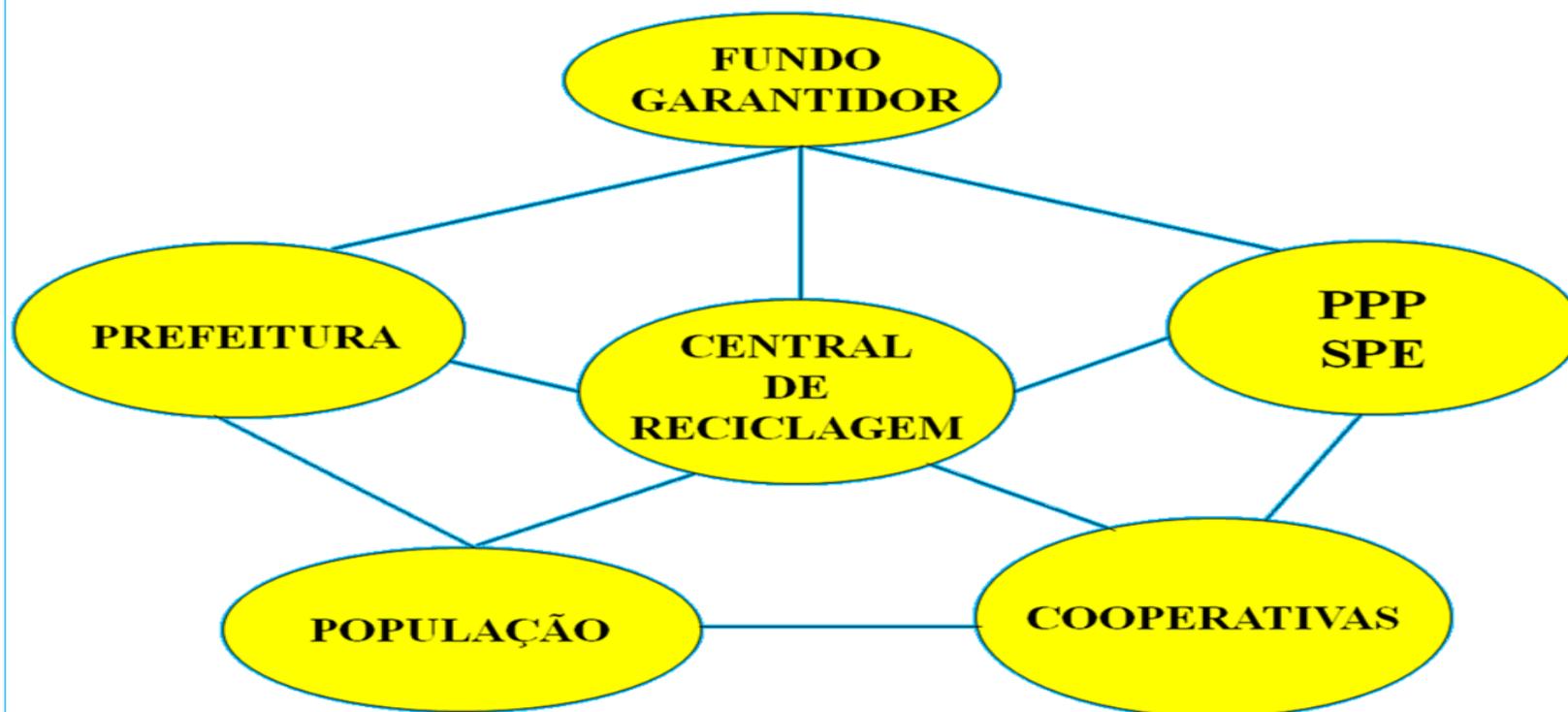
- + Pressupõe a *Integração Setorial*
- + É amplamente beneficiada por *Estímulos para o Setor de Reciclagem*

+ Múltiplos benefícios:

- × Gestão de resíduos
- × Geração de Energia
- × Redução das diferenças sociais
- × Incremento da qualidade de vida da população
- × Desenvolvimento local
- × Maior arrecadação



MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS



✘ Na mídia



Governo acelera o lançamento de PPP

Lula deve anunciar duas parcerias, uma para irrigação no Nordeste e outra de reforma de estradas

DANIEL PEREIRA E LILIANA LAVORATTI
BRASÍLIA E SÃO PAULO

De olho nos investimentos em infra-estrutura como um dos instrumentos para pavimentar a reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará nos próximos dias os dois primeiros contratos de Parceria Público-Privada (PPP) entre a União e a iniciativa privada. A ideia do governo é usar uma das PPP para concluir projeto de irrigação na região do Pontal, em Petrolina (PE), município que foi visitado pelo presidente da República nesta semana.

A outra parceria será destinada à adequação e duplicação das rodovias BR-116 e BR-324 na Bahia e em Minas Gerais. “Os dois projetos já estão prontos pa-

ESTRADA E IRRIGAÇÃO NA PARCERIA

Uma PPP vai concluir projeto de irrigação na região do Pontal, em Petrolina (PE). Com a obra, o governo espera levar água a 8 mil hectares e gerar cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos



abrange o corredor de exportações para acesso aos portos de Salvador e Aratu (BA)

Outra parceria será destinada à adequação e duplicação das rodovias BR-116 e BR-324 na Bahia e em Minas Gerais. O empreendimento

ra sair do forno”, diz a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC). O Ministério da Integração Nacional e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) estão acertando os últimos detalhes da PPP para a região do Pontal. O governo pretende usar a parceria para tirar do papel a

segunda fase do projeto de irrigação.

A primeira fase da obra já está quase concluída. Resultou na construção de cerca de 70 quilômetros de canal a um custo em torno de R\$ 240 milhões para os cofres públicos. Com a conclusão das duas fases do projeto, o governo espera levar água a uma área de oito mil hectares, segundo a superintendente da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, Isabel Cristina de Oliveira. Isabel, que trabalha em Petrolina, no interior, não soube afir-

mar quantos quilômetros de canal serão construídos na segunda fase nem o custo estimado.

A superintendente da estatal esclareceu que a gestão do empreendimento está sob o comando do Departamento de Engenharia da Codevasf, em Brasília. O diretor da área de engenharia

Continua na página A-11

✘ Na mídia



MANA, 17 E 18 DE SETEMBRO DE 2005

GAZETA MERCANTIL

NACIONAL

PPP

Governo regulamenta fundo garantidor

Medida elimina o último obstáculo à apresentação dos projetos de parcerias

KELLY OLIVEIRA
BRASÍLIA

As Parcerias Público Privadas (PPP) poderão finalmente sair do papel. Embora a Lei da PPP seja de 2004, somente agora o governo regulamentou o fundo garantidor das parcerias, um fiador da União em caso de inadimplência com o parceiro privado.

Ontem o Comitê Gestor de PPP (CGP), formado pela Casa Civil, ministérios do Planejamento e Fazenda, aprovou a regulamentação do fundo, que será administrado pelo Banco do Brasil (BB), com depósitos de garantias da União de até R\$ 6 bilhões,

sendo que inicialmente contará com garantias de até R\$ 4,2 bilhões. A integralização desses recursos será negociada nas próximas semanas, segundo o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy. Os recursos integrantes do fundo virão de participação da União em empresas "blue-chips". É o caso da Companhia Vale do Rio Doce, Petrobras e Usiminas, entre outras.

Essas ações serão transformadas em títulos públicos federais para dar liquidez ao fundo. Segundo o secretário, o processo de integralização deve ser concluído até outubro. De acordo com Godoy, só falta mais um passo burocrático para a regulamentação, mas que não atrapalha em nada o avanço na apresentação de projetos. É que o Banco do Brasil ainda precisa registrar em cartório a minuta do regulamento, o que deve ocorrer até o início do próximo mês.

A inadimplência do governo poderá ser coberta em até 100% com os recursos do fundo, a depender do edital de cada projeto. Em caso de inadimplência do governo, o BB liquidará a dívida e se tornará credor da União. O regulamento estabelece prazos para pedidos de execução da garantia. Se a União assumir a dívida, mas não pagar, a empresa privada tem 45 dias após o vencimento da fatura para reclamar junto ao BB.

No caso da União contestar a dívida, o prazo é de 90 dias, após o vencimento da fatura. O regulamento estabelece ainda prazo de 15 dias úteis para o pagamento da garantia.

O chefe da Assessoria Econômica do Planejamento, Arno

Meyer, afirma que o primeiro projeto só deve sair do papel no próximo ano, porque ainda precisam ser discutidos entre os parceiros. Já Godoy prevê um prazo menor. "Estamos trabalhando para que saia ainda este ano." Na lista de projetos prioritários estão a BR 116, BR 324, Ferroanel (SP), Variante Ferroviário (PR) e Arco Rodoviário (RJ).

Para o vice-presidente da Abdib, Ralph Lima Terra, as PPP não resolvem todos os problemas de infra-estrutura do País, mas é um primeiro passo. Segundo ele, o Brasil precisaria de investimentos de US\$ 22,7 bilhões por ano, durante uma década, para melhorar o setor. As PPP atenderão 30% dessa necessidade, na previsão de Lima Terra.

"Há setores que sequer têm marcos regulatórios. Esse é o caso do saneamento. Ninguém vai investir sem ter regras definidas", diz Lima Terra.



R. L. Terra

✕ Na mídia



FINANÇAS INTERNACIONAIS

BID amplia crédito para PPPs

Medida aprovada em Belo Horizonte aumentará participação em financiamento de projetos de infra-estrutura

Fernando Dantas
Respostas
BELO HORIZONTE

A mais importante decisão da 47ª Reunião Anual da Assembleia dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi a de "ampliar o mandato" dos financiamentos para o setor privado. Na prática, a medida abre as portas para que o BID aumente a sua participação nos financiamentos de projetos de infra-estrutura e nas parcerias público-privadas (PPPs), como queria o Brasil.

"A partir desta reunião, vamos desenvolver em Washington nos próximos meses as diretrizes de como serão aplicados estes recursos do banco e um plano de negócios amplo que aponte as oportunidades de investimentos nos países", disse Luiz Alberto Moreno, presidente do BID, na entrevista final à imprensa.

A ampliação do mandato não significa, porém – como o Brasil chegou a pretender –, que o BID tenha obtido permissão para emprestar mais do que 10% da sua carteira – o equivalente a US\$ 5,2 bilhões – ao setor privado. Na verdade, os financiamentos atuais desta categoria estão em 3% da carteira, ou o equivalente a US\$ 1,5 bilhão. Durante a reunião, Moreno deixou claro que o objetivo das mudanças era o de fazer crescer os empréstimos ao setor privado, dentro do teto estabelecido.

Como explica Wagner Guerra Junior, economista da missão no Brasil do BID, o novo mandato limpa o terreno para que projetos mistos, envolvendo a participação tanto do governo como de iniciativas privadas, sejam aprovados pelo BID. Atualmente, observa Guerra Junior, estes financiamentos caem numa espécie de limbo institucional, já que as estruturas de avaliação de projetos públicos e privados é segregada.

Na verdade, o BID está se readaptando à volta do Estado aos projetos de infra-estrutura,



ENCONTRO - O presidente do BID, Luis Alberto Moreno (E), e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, no final da Reunião do BID

ra, em parceria com o setor privado, assim como na década de 90, ao abrir a janela para os financiamentos às empresas privadas, a instituição adaptou-se aos tempos da privatização. Ou

Crédito ao setor privado continuará limitado a 10% da carteira do banco

tro avanço do novo mandato na mesma direção é o fato de que empresas estatais com boa governança não precisam mais de aval do governo federal para obter financiamentos.

O novo mandato também passa a permitir que qualquer área do setor privado seja financiada pelo BID, excluindo-se apenas uma lista negativa baseada em fatores sociais, ambientais e morais, como a indústria de armas, projetos com risco ao meio ambiente, fabricantes de componentes químicos usados na produção de drogas ilegais, etc. Pela atual regras, os financiamentos ao setor privado são limitados à infra-estrutura, mercado de capitais e comércio exterior.

As novas prioridades serão definidas por cada membro do BID receptor de empréstimos (há vários participantes, americanos, europeus e asiáticos,

que são apenas contribuidores) na chamada "estratégia país".

INFRA-ESTRUTURA URBANA
Durante a reunião, o BID e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram um protocolo de cooperação, em que ambas as instituições se dispõem a colaborar para o financiamento de investimentos de infra-estrutura no Brasil. O programa pode atingir US\$ 1,5 bilhão, e os financiamentos poderão ser em reais.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e Moreno assinaram, também, na última segunda-feira um protocolo de

intencões para a implementação do Proclides. A linha de crédito foi criada em US\$ 450 milhões, e será usada para o financiamento em reais de projetos de infra-estrutura urbana para pequenos e médios municípios. O Proclides ainda depende da aprovação pela diretoria-executiva dos BID.

Durante a reunião, também foram assinados convênios com diversos Tribunais de Contas, relativos ao Pro-moex, um programa de modernização dos Tribunais de Contas de Estados e municípios que recebeu do BID um financiamento de US\$ 38,6 milhões. ■

VALE
INVESTIR.

VOCÊ INVESTE
UMA VEZ
E SEUS
DIVIDENDOS
SÃO
REINVESTIDOS
TODA VEZ.

COMPARAÇÃO ENTRE MODELOS

Gestão de Resíduos Tradicional

Espiral de Custos Crescentes

Prefeitura compra equipamentos

Riscos ambientais ,
tecnológicos, econômicos e operacionais



Novo Modelo com PPP

Custos inferiores aos correntes

Dispensa aquisição de equipamentos pela prefeitura

Ausência de riscos



VANTAGENS PARA A PREFEITURA

- 1. RECEBIMENTO DE CENTRAL DE RECICLAGEM MODERNA COM RECEITAS SUPERIORES AOS CUSTOS**
- 2. ALÍVIO IMEDIATO PARA AS FINANÇAS MUNICIPAIS COM ECONOMIA CRESCENTE E MAIOR ARRECADAÇÃO**
- 3. GERAÇÃO DE EMPREGOS**
- 4. AUSÊNCIA DE RISCOS TECNOLÓGICOS, ECONÔMICOS, AMBIENTAIS E OPERACIONAIS**
- 5. SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL, COMPROVADA E PERMANENTE**
- 6. EQUILÍBRIO AMBIENTAL E SANITÁRIO**
- 7. PARTICIPAÇÃO SOCIAL**
- 8. ATUAÇÃO HARMONIOSA COM OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE COLETA PRÉ-EXISTENTES**

VANTAGENS PARA O EMPRESÁRIO

1. **PRAZO DE 35 ANOS**
2. **RECEBIMENTOS GARANTIDOS**
3. **PONTUALIDADE NOS RECEBIMENTOS**
4. **INVESTIMENTOS COMPARTILHADOS**
5. **NOVAS RECEITAS ADVINDAS DA VENDA DE RECICLADOS**
6. **GANHOS EM NOVOS SETORES: PODA E ENTULHO**
7. **NOVAS PARCERIAS COM AMPLIAÇÃO NO ROL DE CLIENTES**
8. **PLENA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL: DIMINUIÇÃO DE RISCOS**
9. **AMPLO RESPALDO SOCIAL E POLÍTICO**
10. **VISIBILIDADE NACIONAL LEVANDO A AMPLIAÇÃO DE OPORTUNIDADES**

OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- × PAGAMENTO MENSAL POR TONELADA RECEBIDA PELA CENTRAL COM DESCONTO INICIAL DE 10% E CRESCENTE
- × OFERECIMENTO DE TERRENO PARA A CENTRAL DE RECICLAGEM E GALPÃO PARA A ESTAÇÃO DE TRIAGEM
- × OFERECIMENTO DE ISENÇÃO TEMPORÁRIA DE IMPOSTOS MUNICIPAIS

RELAÇÃO PREFEITURA / SPE CONTROLE E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

- × CRITÉRIO PARA PAGAMENTO: MEDIÇÃO DA TONELAGEM RECEBIDA PELA SPE
- × A PREFEITURA PODERÁ INSTALAR BALANÇA NA ENTRADA DA CENTRAL DE RECICLAGEM

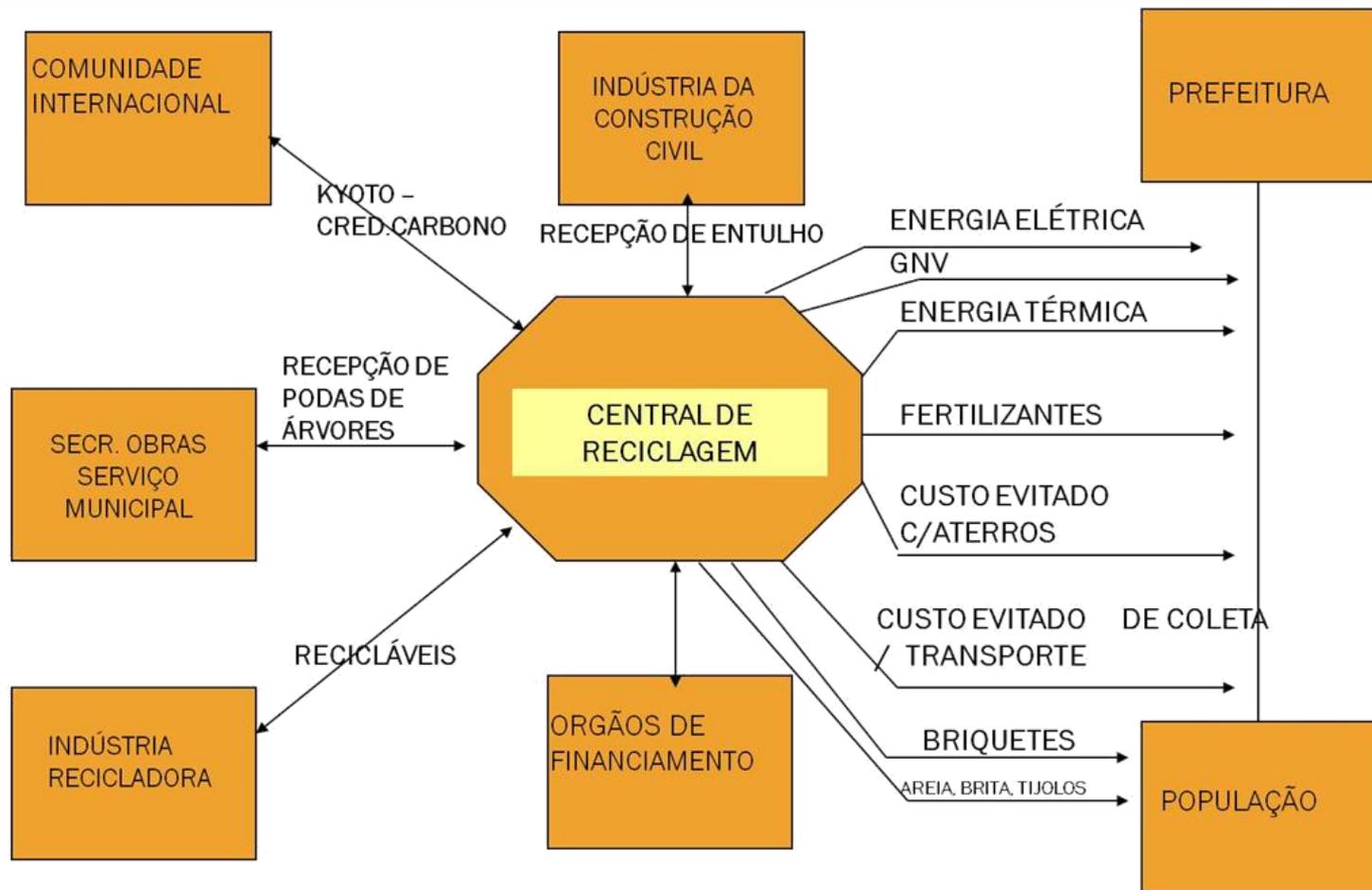
- × LEI DA PPP
- × CONTRATO DA PPP
- × EDITAL
- × CRIAÇÃO DO FUNDO AMBIENTAL E AJUSTE DA COBRANÇA AO MUNICÍPE COM EQUILÍBRIO ECONÔMICO DA RELAÇÃO PREFEITURA / SPE
- × PLANO DIRETOR DE RESÍDUOS

CENTRAIS DE RECICLAGEM

- ✘ Os municípios fornecem matéria-prima (lixo) para reciclagem de materiais,
- ✘ Produção via valorização de rejeitos de
 - + Composto orgânico
 - + Biogás
 - + Energia elétrica via



CENTRAIS DE RECICLAGEM

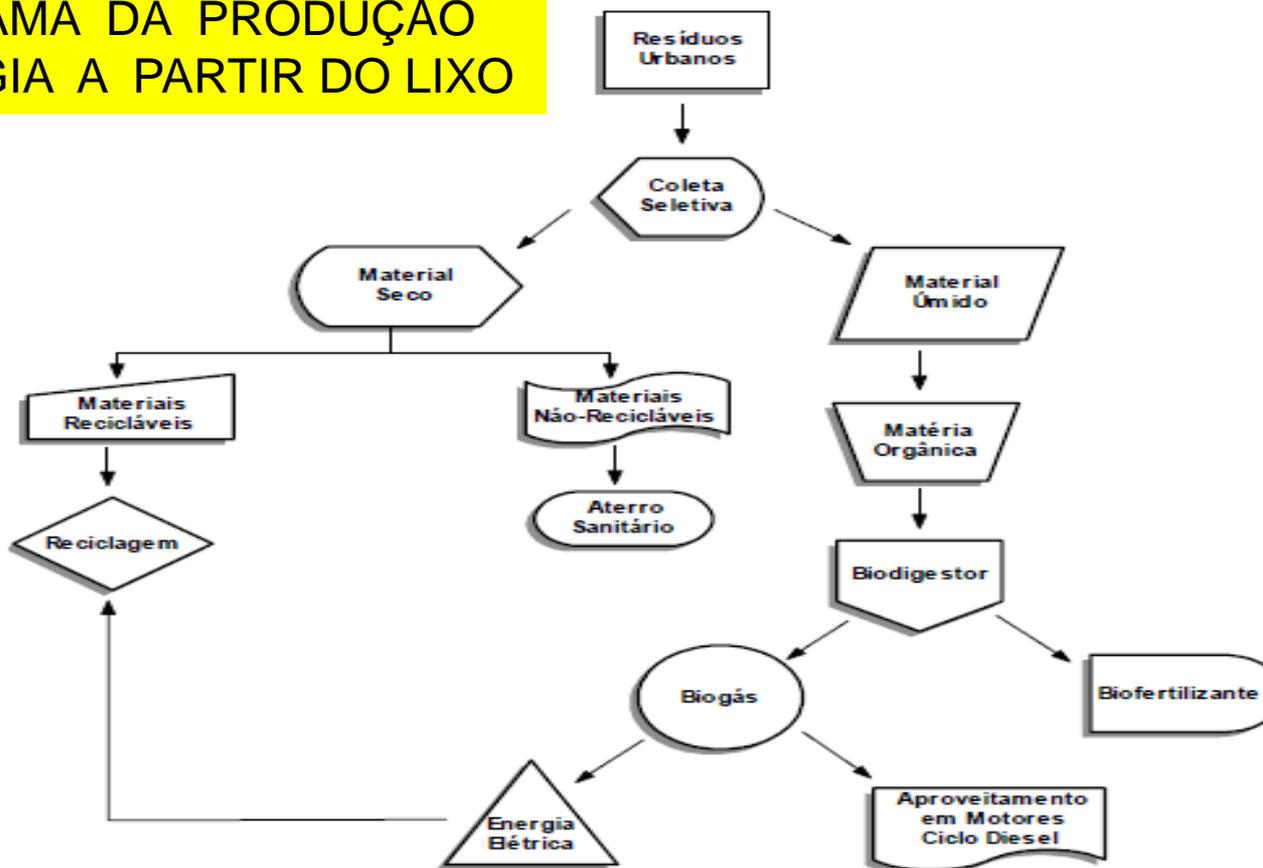


× RECEITAS

- 1) ENERGIA ELÉTRICA
- 2) GNV
- 3) ENERGIA TÉRMICA
- 4) FERTILIZANTE
- 5) RECICLÁVEIS
- 6) CUSTO EVITADO COM ATERROS (PRES. E FUT.)
- 7) CUSTO EVITADO DE COLETA / TRANSPORTE
- 8) KYOTO - CRÉDITOS DE CARBONO
- 9) RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - AREIA, BRITA
- 10) RECICLAGEM DE PODAS DE ÁRVORES - BRIQUETES

CENTRAIS DE RECICLAGEM

FLUXOGRAMA DA PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DO LIXO



CONTATO



sabetai@brasilambiente.com.br

SUSTENTABILIDADE NÃO
ENCARECE, VALORIZA